

Gênero, educação e cotidiano feminino na sociedade brasileira oitocentista*

MARIA CELI CHAVES VASCONCELOS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESUMO

O presente artigo trata de um estudo de gênero, em uma perspectiva histórica, tendo como foco a educação e o cotidiano feminino, no Brasil, na segunda metade do Oitocentos. Para reconstruir os limites e as possibilidades do que era considerado uma “boa” educação feminina no Brasil oitocentista, foi realizada uma pesquisa histórico-documental com a utilização de diversas fontes, especialmente, jornais e revistas da época, dedicados à família, nos quais é traçado um perfil da “mulher educada”, em uma sociedade que começava a se preocupar com a apresentação pública de suas mulheres. Os periódicos investigados foram analisados com base nas categorias de gênero, educação e cotidiano, priorizando-se aqueles que traziam escritos de intelectuais, entre eles, algumas mulheres, que expõem suas idéias quanto ao papel feminino na sociedade e a formação que as mesmas deveriam receber para exercê-lo. O debate apresentado encontra-se muito distante de constituir um consenso, revelando inúmeros obstáculos à instrução feminina e denotando os conflitos existentes entre os seus defensores e opositores.

Palavras-chave: Educação Feminina; Cotidiano Feminino; Brasil Oitocentista.

ABSTRACT

This article is a study of gender in a historical perspective, focusing on education and everyday life for women in Brazil, in the second half of the nineteenth century. To recreate the limits and possibilities of what was considered a “good” female education at that time in Brazil, a historical and documentary research was made, with the use of various sources, especially newspapers and magazines of the time, devoted to family, which traced a profile of “educated women” in a society that began to worry about the public presentation of their women. The journals were analyzed based on the categories of gender, education and daily life, giving priority to those who brought writings of intellectuals, including some women who exposed their ideas about the female role in society and the formation that they should receive to exercise it. The discussion presented is far from being a consensus, with many obstacles to female education, showing the conflicts between its supporters and opponents.

Keywords: Female Education; Daily women; Brazil Nineteenth Century.

O estudo de gênero sob uma perspectiva histórica

A ANÁLISE DOS PAPÉIS SEXUAIS E DO SIMBOLISMO sexual das sociedades pode melhor identificar as épocas e, em cada uma delas, a ordem social que as instituiu. Dessa forma, no presente artigo, toma-se como categoria de estudo a questão de gênero, em uma perspectiva histórica, buscando saber como o feminino tem sido construído por meio das relações sociais e quais os sentidos que – em um momento significativo de discussão e mudança do papel da mulher na sociedade brasileira, a segunda metade do século XIX – embora lentamente, a percepção do que era apropriado à mulher começa a trilhar novos rumos, que podem ser considerados fundantes do pensamento atual.

Até então, através dos séculos, a mulher foi considerada como um objeto, algo que fazia parte dos haveres dos homens, como seus bens imóveis. De acordo com Duby (1995, p. 155), ao trajá-las pomposamente e expô-las a seu lado, para os homens, as mulheres não passavam de um exemplar das mais belas peças de seus tesouros, podendo novamente escondê-las nas profundezas de sua morada, se assim se fizesse necessário, tomando o cuidado de, ao tirá-las

de lá, dissimular seus corpos sob as cortinas de liteiras, sob véus e mantos, para furtá-las da vista de outros homens, que, como no caso de qualquer tesouro, poderiam querer cobiçá-lo ou conquistá-lo.

Ao estudar algumas mulheres e suas histórias na Baixa Idade Média, Duby (1995, p. 156) ressalta ainda que mesmo o tempo das mulheres era regido pelos homens, os quais lhes conferiam três estados ao longo da vida: o primeiro como filhas, necessariamente, virgens; o segundo como esposas, cuja função principal era gerar herdeiros; e o terceiro como viúvas, devolvidas à continência e a uma vida, por vezes, mais reclusa.

Nesta perspectiva, mulheres ocidentais viveram, durante boa parte da história, na condição de coadjuvantes, o que justificaria, relativamente, a dificuldade de se estudar, na historiografia, gênero, especialmente no que se refere a mulheres anônimas, de cujas vidas, fundamentais em seu tempo, não restaram escritos capazes de nos permitir recompor seguramente o seu cotidiano, sob aspectos do que pensavam, suas angústias e prazeres, medos e desejos.

Faria (1996, p. 81) destaca ainda o fato de que os arquivos públicos, até o final do século XIX, caracterizam-se pelo olhar de homens sobre homens, relegando as mulheres a um espaço obscuro e timidamente estudado. Poucos registros diziam respeito às mulheres, fazendo com que existam muitas lacunas sobre o cotidiano em que estavam inseridas, especialmente aquelas cujas vidas não compartilharam nossa contemporaneidade.

O feminismo intelectual e político, segundo estudos recentes, remonta ao início do Oitocentos, embora não se possa falar em um movimento único, mas em temários diferenciados de luta em prol da dignificação da mulher como ser humano, com os direitos que lhe são inerentes e, como afirma Castro (2008, p. 341), com “a conseqüente libertação de anomalias que ao longo dos tempos a tinham acompanhado na vida pessoal, social, política etc.”

Segundo Nash (2005, p. 27), o novo mundo industrial contemporâneo consolidado ao longo do século XIX, no Ocidente, foi uma “fábrica de gênero” construída de forma paralela à modernidade. Pelo industrialismo e pelas transformações políticas e sociais deste século, a vida ocidental experimentou profundas transformações, entre elas a questão de gênero, constituindo-se esta, em fator decisivo para o reordenamento das classes sociais e dos padrões culturais dominantes. A autora acrescenta:

O sistema moderno de gênero foi estabelecido no mundo ocidental, no contexto da consolidação da emergente sociedade burguesa, nas primeiras déca-

das do século XIX. Apoiado em leis e no desenvolvimento de um discurso da domesticidade, o qual confinava as mulheres à esfera do lar e lhes atribuía unicamente a identidade de mãe e esposa, o sistema de gênero estabeleceu a necessidade de fronteiras insuperáveis entre o espaço público de monopólio masculino e a esfera privada de prerrogativa feminina (Nash, 2005, p. 27).

Portanto, ao falar da construção do sistema de gênero no século XIX é preciso remeter à dicotomização existente entre dois mundos, cujas fronteiras eram bastante rígidas para as mulheres: a esfera privada e a esfera pública. A esfera privada era aquela que correspondia ao âmbito da casa, enquanto a esfera pública era aquela que correspondia ao próprio mundo para além da casa. Perrot (1987, p. 10) ressalta que, muito provavelmente, essas duas esferas não recobriam exatamente a divisão dos sexos, mas, *grosso modo*, o mundo público – sobretudo econômico e político – era reservado aos homens; e às mulheres restava a singularidade da casa, com seus afazeres e limitações baseadas nos critérios da ordem social vigente e do papel que desempenhavam como mães e esposas. Além disso, a esfera pública raramente se detinha sobre as mulheres comuns, desprovidas de existência, e, apenas um pouco mais, sobre “a mulher”, entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características habituais. Segundo Araújo (2000):

Os problemas e tensões corporizados nos conceitos de esferas ‘privada’ e ‘pública’ estão diretamente relacionados com a ideologia das ‘duas esferas separadas’, das sociedades do século XIX, entendidas então como domínios especializados em termos de objetivos, processos, experiências e sentimentos. Por muito especializadas que fossem não gozavam de um estatuto igual, já que a esfera privada/doméstica estava claramente subordinada ao domínio público (Araújo, 200, p. 114).

O objetivo da esfera privada, em relação a suas mulheres, era, principalmente, educá-las para “assegurar uma posição estável no casamento” e, ainda, prepará-las para que estivessem aptas a criar os seus filhos, até mesmo educá-los, se esse fosse o desejo ou se as circunstâncias as obrigassem. Influenciava, também, na escolha de uma esposa, ter uma companheira de certo nível cultural para o marido e uma “boa gestora da casa”.

Essas perspectivas podem ser constatadas quando a imprensa periódica começa a se ocupar das mulheres, ou a tê-las como público cativo, como des-

taca Lefebvre (1991), sinalizando que na imprensa “dita” feminina há um vasto material para investigações, na medida em que essas publicações passam a descrever e prescrever o cotidiano feminino.

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, os periódicos trazem exemplos do que era apropriado à mulher, bem como de suas limitações impostas por padrões culturais, religiosos e morais. Todavia é possível se observar, também, o princípio da resistência ao simples cumprimento de normas preestabelecidas, sem a análise de suas implicações. Homens e mulheres começam a discutir o papel feminino na sociedade e a questão de gênero ganha importância dentro de um contexto que aspira por mudanças, não apenas no regime político do país, mas nos códigos sociais estabelecidos. As poucas mulheres intelectuais que tinham acesso à imprensa souberam aproveitar esse momento, como poderá ser verificado a seguir.

Discursos de gênero e a educação feminina na sociedade brasileira oitocentista

PARA ABORDAR O SISTEMA DE GÊNERO NA sociedade brasileira, analisado sob uma perspectiva histórica, faz-se necessário a sua investigação no Oitocentos, por se constituir no período em que houve uma lenta, embora significativa mudança na educação feminina, relacionada às novas perspectivas que, pouco a pouco, passam a ser vislumbradas pelas representantes do “belo sexo”, particularmente nos grandes centros urbanos do País, entre eles a cidade do Rio de Janeiro. Como consequência dessas mudanças, os discursos de gênero também vão sendo alterados, surgindo os primeiros debates sobre o tema, incluídos em um movimento maior, o qual pretendia educar a população brasileira.

Cabe ressaltar que educar a “população” não se referia a todos os habitantes, mas a algumas camadas sociais; e, em relação às mulheres, a mesma ressalva ocorria, com a “campanha” abrangendo apenas as mulheres das camadas sociais mais abastadas. Os movimentos em prol da educação, na segunda metade do Oitocentos, faziam parte da ambição do governo imperial, ávido pelo estatuto de civilidade dos países europeus, tomados então como modelo para a construção do projeto de sociedade aspirado. Nesse contexto, é preciso considerar ainda especificidades relativas à educação feminina em um período marcado pelo regime monárquico, patriarcal e escravocrata, cujas influências estavam presentes na condução, permissão e concepção do que era apropriado às mulheres.

Os debates que se estendem por toda a segunda metade do século XIX são observados em grande parte dos periódicos da época, dedicados à família ou à mulher, oferecendo um panorama dos aspectos presentes nas discussões. O jornal *A Família*, publicado entre 1888 e 1890, é um bom exemplo das considerações feitas à condição feminina. Em um artigo datado do mês de fevereiro de 1889¹, a colaboradora Maria Amélia de Queiroz expunha suas idéias quanto à necessidade de uma preparação mais aprofundada na educação da mulher:

As senhoras brasileiras geralmente entendem que a educação da mulher não deve ir além de saber o francês, piano e trabalhos de agulha, considerando a vaidade e ostentação como ornamento social. (...) Quero a mulher brasileira instruída, mas sobre certo ponto de vista diverso do que se tem seguido até o presente. (...) Não é tocando piano que havemos de educar nossos filhos. Não é ostentando ricos vestidos que havemos de guiá-los nesta escabrosa estrada da vida (Queiroz, 1889, p. 1).

Pelo discurso nota-se que a educação feminina estava, até então, intimamente ligada às possibilidades de gênero, prescrevendo-se às moças uma educação de acordo com o que era entendido como o mais apropriado e desejado à mulher daquele período: vestir-se elegantemente, dançar, tocar piano, bordar, fazer *crochet*, flores e pequenos trabalhos de agulha, predicados esses que poderiam garantir-lhes um bom casamento e, assim, assegurar um “bom lugar na sociedade” – objetivos que eram ambicionados pela maioria.

Essas ambições e direcionamentos já vinham, havia algum tempo, sendo criticados em artigos, nas mesmas publicações, que censuravam o que se tomava por educação feminina. Tais críticas eram feitas, em sua maioria, por parte daqueles que acreditavam que a mulher deveria ser mais reconhecida socialmente, e para isso receber uma educação mais aprimorada e não restrita apenas à preparação para incumbir-se dos afazeres domésticos. Nesse sentido, são diversos os escritos, ao longo da segunda metade do século XIX, que repreendem essa educação feminina, considerada “superficial”, como se vê no editorial do jornal *O Sexo Feminino*², publicado em setembro de 1873, sob o título “A educação da mulher”:

Em vez de os pais de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, gramática da língua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina doméstica, a puericultura, a literatura (ao menos a nacional e portuguesa), filosofia, a

história, a geografia, a física, a química, a história natural, para coroar esses estudos a instrução moral e religiosa; que estas meninas assim educadas não dirão quando moças estas tristes palavras: 'Se meu pai, minha mãe, meu irmão, meu marido morrerem o que será de mim!' (*O Sexo Feminino*, 1873, p. 1).

O próprio jornal *O Sexo Feminino*, em seu exemplar inaugural, era apresentado da seguinte forma: "Zombem [...] os pessimistas do aparecimento de um novo órgão na imprensa [...] tapem os olhos os indiferentes para não verem a luz do progresso, que, qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso;" (*O Sexo Feminino*, 1873, p. 1), parecendo posteriormente que a cada número publicado a redatora, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, precisava reafirmar a sua convicção de manter o periódico, diante de inúmeras contestações.

Uma década mais tarde, a escritora portuguesa Maria Amália Vaz de Carvalho, escrevendo para o jornal *A Família*³, publicado em janeiro de 1889, trazia as mesmas ponderações:

Que desenvolvimento moral, físico ou intelectual pode adquirir-se, partindo de tão errados princípios? A que fim se aspira, que fim se atinge, alcançando uma educação que tem por única base a vaidade? Pois a mulher, que levou anos e anos de sua vida a adquirir conhecimentos inúteis, está porventura armada para resistir às tentações, às adversidades, às misérias, aos combates da vida? (Carvalho, 1889, p. 5).

Havia, também, nesse mesmo sentido, alguns artigos escritos por homens que, apesar de em menor quantidade, faziam semelhantes observações quanto à educação feminina, como demonstra o editorial do periódico intitulado *A Instrução Pública*⁴, publicado em 1875, no qual o editor, Alambary Luz, criticava a educação feminina, principalmente aquela dada na casa, a educação doméstica, insuficiente, na opinião do autor, para as necessidades da mulher, como já o era para os homens:

Mas, a educação do lar, insuficiente para a educação da filha, como o é para o filho, nas condições em que infelizmente nos achamos, está exigindo instituições adequadas ao desenvolvimento intelectual e moral da mulher, instituições em que o círculo de noções e idéias se alargue, não reduzidas ao imperfeito conhecimento da língua vernácula, e de uma ou duas línguas estrangeiras;

instituições em que as virtudes domésticas, e sociais se desenvolvam, constituindo a mulher respeitável na família, e na sociedade, de que se a não deve, segregar absolutamente (Luz, 1875, p. 138).

Mais de uma década depois, corroborando a preocupação com a educação feminina, o discurso do Sr. Jorge Pinto, citado no jornal *A Família*⁵, em março de 1889, traçava um panorama das mulheres, na época:

Qualquer de nossas donzelas ou mães de família, qualquer delas tem o coração cheio de bondade, é quase sempre formosa, traja-se com elegância e gosto, é polida e graciosa no trato, mas não passa disso, – atrativos exteriores, latão casquilhado de ouro – no fundo ela é de uma ignorância supina, em que tudo o que diz respeito a estudos de literatura, de filosofia moral e religiosa, de higiene privada e doméstica, ela não sabe ser mulher e ser mãe, ela não sabe nada (Pinto, 1889, p. 1).

Percebe-se, pelo debate travado nos periódicos, o princípio da contestação ao discurso da diferença atribuída à mulher, a ponto de relegá-la a uma posição subalterna e de excluída como sujeito histórico. Ao afirmar a educação da mulher como inadequada, mesmo para as exigências que ela teria que cumprir de acordo com a sua natureza imutável de esposa e mãe – ou seja, governar a casa, atuar como esposa, criar os filhos e, principalmente, educá-los, além de substituir o marido caso ele fosse vítima de alguma fatalidade – afirmava-se a necessidade de revisão do discurso da domesticidade e da submissão ao masculino, questionando-se a legitimidade das limitações impostas às mulheres.

Entretanto, tais vozes discrepantes representavam uma minoria, com pouca ressonância no conjunto da sociedade oitocentista. Em que pese algumas manifestações explícitas em prol da educação feminina, nem todos concordavam com as aspirações relativas ao aprofundamento nos conhecimentos oferecidos à mulher e o pensamento mais recorrente considerava que a educação oferecida, no século XIX, voltada para as habilidades manuais e artísticas, além dos afazeres domésticos, era suficiente para fazer com que a mulher atuasse em seu cotidiano de mãe de família. Para a maioria, a questão central do debate não era o aprofundamento da educação da mulher, mas a falta de acesso das mulheres – mesmo a essa educação baseada em habilidades manuais e em conhecimentos elementares de leitura e escrita – devido ao despreparo de suas mães para ensiná-las.

Havia, ainda, alguns críticos para os quais a mulher não deveria exercer qualquer outra função fora do lar doméstico e, portanto, julgavam necessário limitar ao máximo possível a sua educação e direcioná-la apenas para esse fim. Com pensamento semelhante, afirmando a incapacidade da mulher, encontra-se um articulista anônimo da revista *O Ensino Primário*⁶, publicada em 1885, na qual é criticada, ironicamente, a idéia de deixar a educação primária dos meninos a cargo das mulheres:

(...) as idéias dos que pensam que as escolas de meninos de 6 a 15 anos de idade devem ser entregues à direção da mulher. A razão principal que alegam os propugnadores da idéia (...), é que o homem tem muito que se ocupar em um país essencialmente agrícola e industrial como o nosso; ao passo que a mulher não tem outro meio de vida. Trata-se, pois, de afastar o homem do ensino, e dar um meio de vida à mulher; será isto antes um princípio sociológico, encarado pelo lado da empregomania oficial, do que uma utilidade reconhecidamente prática, em um país que tem em suas fronteiras inimigos implacáveis e perseverantes em nos fazer o mal que podem. (...) Transformem o espírito varonil do cidadão brasileiro, já tão propenso a fatos de ternura, no de filhos de Alcmena, disfarçados em Omphale, ou no de Sardanapalistas vestidos de mulher e sentados entre elas a bordar ou a fazer *crochet*, que no dia em que a pátria exigir o valor de seus filhos encontrará não os espartanos de outrora, mas os frouxos e efeminados atenienses de nossos dias (*O Ensaio Primário*, 1885, p. 53-54).

O escrito demonstra as prevenções existentes à educação dirigida pelas mulheres, mesmo quando se tratava do ensino primário, expondo as convenções existentes na sociedade oitocentista. Apesar disso, o autor admite a educação de meninos feita pela mulher, na casa, mas somente até os 9 anos de idade, a partir de quando considerava temeroso tal projeto de permitir a educação entregue à direção feminina, pelo próprio descrédito que a sociedade lhe dava.

O tema deste debate estava em pauta desde a década de 60 do Oitocentos e a facção radicalmente contra a instrução aprimorada da mulher, segundo os seus contemporâneos, acabava criando inúmeros obstáculos à educação feminina e contribuía para impedir que as mães de família fossem melhor educadas para poder fazê-lo com os seus próprios filhos, como demonstra o editorial do jornal *O Futuro*⁷, publicado em outubro de 1862:

Entretanto, se não é possível abrir caminhos mais espaçosos e menos acidentados de precipícios à mulher que intenta viver pelos próprios recursos, que,

ao menos, não seja transcurada a educação das mães de famílias. São elas o primeiro guia, o primeiro mentor de seus filhos, e em benefício destes reverterá a instrução que se lhe houver ministrado (*O Futuro*, 1862, p. 55).

Enquanto parte da sociedade – e pode-se afirmar que era a maior parte dela – via as mulheres como despreparadas e incapazes de se tornarem exclusivamente responsáveis pela educação dos “futuros cidadãos”, outros defendiam o desenvolvimento intelectual feminino e a ampliação, não só de suas possibilidades sociais, como até a sua emancipação da tutela masculina, como demonstra o discurso inflamado do Sr. José Francisco da Rocha, já em 1878, intitulado “As filhas brasileiras”, transcrito na revista *A Escola*⁸:

Nos certames da inteligência, a mulher tem sido empanada pelo brilho masculino sem que todavia o homem tenha propriedades superiores para a ilustração, para a glória e imortalidade. Conhecemos mulheres ilustres, mesmo contemporâneas, nas ciências, nas artes, pelos talentos, pelo gênio, pelos empreendimentos; entretanto não podemos explicar que influência têm exercido essas tradições e exemplos, em épocas mais esclarecidas, em gerações mais fecundas! Acaso todo o talento feminino, todo o gênio se resumirão em Semiramis, em Stael, em George Sand? — Não. A mulher ainda tem gênio, tem talento como o homem. Sabeis o que lhe falta? — É “educação.” Tenha a mulher educação, e será *estadista*, será *publicista*, será *tudo*. Tenha a mulher educação, e teremos a família perfeita e feliz, a sociedade alta, íntima, inabalável. (...) Filhas brasileiras! É tempo de desforçar-vos do ostracismo doloroso a que tendes sido condenadas por tão prolongadas durações... Deixai esse retraimento mal entendido, que constrange as vossas aspirações com tanto prejuízo para a humanidade. É tempo de aparecer a mulher na imprensa, na tribuna... É tempo de, com sua palavra angélica, irresistível, falar às gerações que vierem... É tempo de ampliar a educação da mulher, de descortinar os mais largos horizontes à sociedade (Rocha, 1878, p. 122-123).

Aliada à questão da educação feminina estava a própria representação cultural das mulheres e de seu lugar no mundo, cujo discurso legitimador do sistema de gênero vigente baseava-se em uma autoridade científica, médica e religiosa que o validava, e para a qual os defensores das possibilidades femininas não encontravam, no Oitocentos, argumentos e meios para uma confrontação aberta.

A contenda exposta nos periódicos oitocentistas demonstra ainda que a preleção utilizada pelos articulistas defensores da causa feminina abrangia apenas aspectos secundários do tema, sem a pretensão de mudar a ordem constituída, mas sim, acrescentar dispositivos simbólicos que significassem alguns passos em direção à revisão da completa inferioridade feminina vigorante. É somente no século seguinte, quando os processos de modernização e modificação das estruturas políticas, econômicas e sociais revelam-se possíveis, que os modelos culturais e os discursos relativos às mulheres vão sofrer alterações expressivas em muitos países, chegando ao Brasil, juntamente com as demais conseqüências da nova ordem mundial do Pós-Guerra.

Meninas e mulheres: o cotidiano feminino oitocentista

AS MULHERES OITOCENTISTAS, VIVENDO EM CONTEXTOS rurais ou urbanos, tanto nobres e de camadas privilegiadas, como aquelas que pertenciam a camadas intermediárias da sociedade e até as que possuíam condições mais modestas, já tinham, desde a infância, códigos de comportamento bem demarcados. Decorriam poucos anos entre ver-se livre da imobilização feita pelos “cueiros” e da postagem nos “balaios” para a iniciação à vida adulta, feita através dos casamentos precoces, aos 12 ou 13 anos. Logo que as meninas completavam 12 anos ou até mesmo a partir dos 9 anos, já era possível acordar um casamento entre famílias conhecidas, selando-se imediatamente o acordo ou aguardando um pouco mais o crescimento dos cônjuges. Além disso, para as meninas, quanto mais abastada e influente fosse a família, mais significativos deveriam ser os contratos de casamento e mais rápido deveriam ser concretizados, uma vez que consolidavam alianças e reuniam heranças.

Segundo Agustin (2000), as mulheres da elite, destinadas pelo casamento a compromissos e funções específicas na sociedade moderna, tinham uma tarefa absolutamente difícil de ser desempenhada. Casavam-se ainda crianças, mudavam para lugares desconhecidos e conviviam, obrigatoriamente, em outra família, ficando sucessivamente grávidas, apesar dos corpos pueris, sofrendo partos difíceis sem auxílio adequado, com constantes perdas de filhos pequenos, mortos precocemente, parecendo que, quanto mais nobre, vida mais curta tinham essas mulheres, em comparação com as suas contemporâneas. Mesmo na segunda metade do Oitocentos, a cultura dos casamentos resolvidos pelos pais, herdada dos colonizadores, não havia sido alterada significativamente e

as práticas de contratos nupciais entre as famílias eram bastante freqüentes, ainda nos moldes europeus. Como exemplo, Pinho (1946) relata que:

Os casamentos eram negociados pelos pais, e as noivas esperavam e acatavam as escolhas em que, freqüentemente, não colaboravam. O arbítrio paterno nem mesmo a idade dos nubentes levava em conta. É o caso de citar dois exemplos. Em 1855 o Conde de Sergimirim promovia o casamento do filho, o futuro Visconde de Oliveira, com uma prima que mal completara doze anos, tendo o noivo apenas pouco mais. Ficou a tradição de serem tão crianças os recém-casados que por algum tempo estiveram separados, para continuarem seus estudos e ... esperarem idade. Em 1864 a Marquesa de Valença acertou casar uma sobrinha com o já então desembargador Albino Barbosa de Oliveira, e fez a proposta ao pai do noivo, à revelia deste e também da noiva. (...) E os futuros esposos conheceram-se quando já estavam reciprocamente comprometidos (Pinho, 1946, p. 182-183).

Em janeiro de 1881, no jornal *A Mãe de Família*⁹, o redator Dr. Carlos Costa, preocupado com o excesso de casamentos precoces que ocorriam, escrevia sobre as moléstias que impedem o casamento e também aquelas causadas por serem as noivas muito jovens. O médico não se referia apenas a doenças, mas fazia veementes críticas ao hábito de casar as moças muito cedo, aos 13 anos principalmente, quando as mesmas não teriam o completo desenvolvimento dos órgãos e nem condições de submeterem-se aos “elevados e difíceis encargos da maternidade”. Aos pais era sugerido, então, que “tudo fizessem para afastar a idéia de casamento do espírito de suas filhas antes dos 18 a 20 anos”, mesmo que lhes parecesse muito tempo e muito difícil de manter tal decisão. Para isso, sugeria o médico, os pais deveriam fazer com que suas filhas brincassem, acostumassem a ler bons livros, a ter uma alimentação sã e que praticassem exercícios de ginástica, o que as tornaria fortes e esqueceriam, por algum tempo, a idéia fixa de casamento que as acompanhava desde quando deixavam de brincar com as bonecas. Além disso, o médico alertava para os perigos do primeiro parto que, fazia inúmeras vítimas, especialmente entre as mulheres que eram mães muito jovens e, portanto, mais sujeitas a contrair doenças como a “tuberculose pulmonar” e a “escrofulose”.

Uma vez casadas, as mulheres das classes mais favorecidas passavam a viver um cotidiano de “senhoras das casas”, envolvidas em afazeres domésticos, quase sempre cercadas por escravas e escravos que participavam ativa-

mente de toda a rotina da vida familiar. Em suas esferas privadas, elas movimentavam-se com extrema desenvoltura, sendo que, quanto maior a fortuna que possuísssem seus maridos, tanto mais se comportavam como senhoras de terras, propriedades e escravos, muitas vezes com autonomia sob os desígnios e decisões, afeitas unicamente à esfera privada.

Pelos jornais e revistas, bem como na literatura oitocentista, observa-se que eram consideradas como “bibelôs de porcelana”, “rosas perfumadas”, o “belo sexo”, “criaturas angelicais e destinadas ao lar” e, nessa perspectiva, reforçava-se a idéia de que uma vida feminina coroada de sucesso era aquela de uma jovem que cedo se casava, tinha filhos e dedicava-se integralmente à casa, ao marido e aos filhos. Qualquer destino que fugisse a essa fórmula era considerado “uma infelicidade”, seja para aquelas que não haviam casado, as “solteironas”, que, constantemente, tinham de habitar a casa de parentes, ou para as que precisavam prover o seu próprio sustento, essas consideradas as mais infelizes, constituindo quase uma anomalia, uma vez que precisavam deixar a sua própria casa, algo absolutamente impróprio para as mulheres na sociedade oitocentista.

O romance *Iaiá Garcia* escrito por Machado de Assis, em 1879, demonstra bem o sistema de gênero em uma sociedade hierarquicamente diferenciada, na qual o trabalho feminino e, nesse caso, as poucas opções que se apresentavam às mulheres, eram consideradas ocupações apenas destinadas àquelas que não possuíam uma condição social e econômica “adequada”, ou seja, mulheres que precisavam adquirir o seu próprio sustento ou aquelas que não se casavam ou ficavam viúvas. Quando Iaiá conta ao pai os seus planos de tornar-se mestra de piano, ele assim se posiciona:

Luís Garcia sorria a esses planos da meninice, tão frágeis e fugidios como suas impressões. Também ele os tivera aos dez anos. Que lhe ficara dessas primeiras ambições? Um resíduo e nada mais. Mas, assim como as aspirações daquele tempo o fizeram feliz, era justo não dissuadir a filha de uma ambição, aliás inocente e modesta. Oxalá não viesse a ter outras de mais alto vôo! Demais, que lhe poderia ele desejar, senão aquilo que a tornasse independente e lhe desse os meios de viver sem favor? Iaiá tinha por si a beleza e a instrução; podia não ser bastante para lhe dar casamento e família. Uma profissão honesta aparava os golpes possíveis da adversidade. Não se podia dizer que Iaiá tivesse talento musical: que importa? Para ensinar a gramática da arte, era suficiente conhecê-la (Machado de Assis, 2002, p.19-20).

Não obstante o destino limitado conferido às mulheres oitocentistas, nas últimas décadas do século XIX, os periódicos revelam também alguns importantes indícios que prenunciam as mudanças que ocorreriam no universo feminino. Estimuladas por “grandes novidades” que, por volta da década de 70 do Oitocentos, cobrem as páginas de anúncios dos jornais e revistas de grande tiragem, as mulheres começam a construir uma identidade de leitoras e, mais do que isso, tornam-se público-alvo como consumidoras privilegiadas da produção industrial que se solidificava mundialmente. Provavelmente, esse novo papel também contribuiu para as transformações que ocorreriam a seguir. Para comprar os produtos anunciados era preciso que as mulheres soubessem ler, para ler era preciso ter acesso à educação, portanto, a educação e a escola feminina, nesse momento, também acumulam mais uma função: construir um novo arquétipo feminino de acordo com as imagens demandadas pelas modificações nas estruturas econômicas e sociais. Todavia, mesmo essa nova identidade feminina era tida como insuficiente e imprópria para alguns que esperavam mudanças muito mais significativas no papel social da mulher, como é o caso do articulista do jornal *A Instrução Pública*¹⁰, datado de julho de 1875, que alertava: “É preciso que os governos se compenetrem de uma verdade: a mulher não é um ser fútil destinado a consumir o tempo passando do folhetim ao jornal de modas, do jornal de modas à *toilette*, e da *toilette* aos salões de baile” (*A Instrução Pública*, 1875, p. 138).

No início da década de 1880, nos periódicos mais apreciados pelas mulheres, entre anúncios de modistas e chapéus parisienses, parteiras e “novíssimas” máquinas de costura, cartomantes e água japonesa para tingir cabelo, anunciam-se também inúmeros colégios femininos. Intitulados como “Collegio para meninas”, eles têm em destaque o nome de suas donas, muitas delas tratadas como “Madames”, o que, certamente, dava mais crédito à iniciativa, por ser a França o modelo para nossas mulheres, não apenas na educação desejada, mas nos costumes e na moda, como constata, de forma satírica, desde 1857, o jornal *A Carapuça*¹¹, em publicação datada de 26 de abril:

O Brasil é uma criança que, muitas vezes, deixa de lançar mão d’aquilo que lhe pode ser útil, para saborear o que, sem dúvida, lhe há de ser muito funesto. — Hoje, em as nossas reuniões, já não se usa falar a linguagem dos nossos avoengos; a moça tem o seu *toilette* (sic) e traz o seu *bouquet*, e não dispensa *sa femme de chambre*; (...). Os moços, cujo crânio se ressentem da falta de juízo, querem se parecer com o figurino recém-chegado no último pacote! (...)

Presentemente – as nossas costureiras desprezarão o crivo por o *crochet*. (...) Parece-me que, sem o *francezismo*, não se pode viver no Brasil! E d’esta sorte, as obras dos autores clássicos da língua portuguesa, persistem empoeiradas nas prateleiras das estantes dos livreiros (*A Carapuça*, 1857, p. 2).

Da mesma forma, a influência estrangeira se fazia sentir na busca por uma identidade feminina mais relacionada à esfera pública, da qual já se tinha notícia de conquistas ocorridas, especialmente no “Velho Mundo”. A proliferação dos colégios femininos é um dos sintomas da assimilação desses modelos. Saber ler e escrever, particularmente em francês, tornava-se uma qualidade feminina exigida como “boa educação” pelos padrões sociais vigentes. Contudo, a identidade de mulheres como leitoras/consumidoras e adeptas dos modismos e estilos europeus não era exatamente o que buscavam as poucas intelectuais que, até aquela altura, tinham lutado por mudanças na condição feminina. Assim constituída, essa identidade também era contestada, principalmente por outras mulheres, cuja preocupação permanecia relativa à instrução, como escreve Josephina de Azevedo, redatora do jornal *A Família*¹², datado de 30 de janeiro de 1890:

Durante um ano inteiro de trabalhos e sacrifícios para a sustentação deste periódico, tenho visto que, apesar de ser o único dedicado às questões úteis, em relação à mulher, não tem despertado nas senhoras brasileiras aquele interesse que era de esperar. Em geral minhas patrícias gostam mais dos jornais de modas e figurinos, pequenas futilidades propinadas a sua curiosidade, para proveito das modistas, dos mercadores de quinquilharias, e para eterno tormento dos pais e esposos. As questões sérias, de magno interesse para todas, não lhes despertam a curiosidade; o que é triste, porque ainda mesmo perdendo-se o tempo no falso jogo do espírito das damas do século 18, da França, se teria nisso, mais utilidade, do que multiplicando os martírios do bolso e do corpo com as modas requintadas deste século (Azevedo, 1890, p. 1).

Pelo exposto, percebe-se que o cotidiano feminino oitocentista retratado nos periódicos investigados é revelador dos avanços e recuos deliberados em relação às mulheres. Se, por um lado, era premente a necessidade de torná-las leitoras a fim de ingressar no mundo do consumo para sustentar a indústria em franca expansão e que inaugurava no país a importância da propaganda escrita veiculada pelos jornais e revistas, por outro lado, havia uma grande preocupa-

ção com a mudança nos papéis até então destinados ao sexo feminino e a sua atuação na sociedade.

Em que pese os diferentes encaminhamentos, um único consenso pode ser destacado, ou seja, todos acreditavam que a mulher deveria ser educada, desde menina, ainda que fosse exclusivamente para atuar em seu papel de mãe, no âmbito da esfera privada. Para alguns essa educação deveria ser ampliada, permitindo que as mulheres tivessem maior participação social, como representantes do sexo feminino em um contexto que pretendia o “progresso”, traduzido nos ideais da República e aliado a tudo que pudesse ser identificado com uma nova ordem, muito embora tomando-se o cuidado de não abalar completamente a ordem anterior, mas, apenas, inserir novas demandas.

Apoiar a educação feminina e dar à mulher um cotidiano um pouco mais significativo era uma “boa causa”, tanto para as mulheres mais esclarecidas quanto para os homens que com elas conviviam. Entretanto, apesar de já se falar em voto feminino, ampliar pequenas conquistas para grandes desafios ainda não fazia parte do repertório brasileiro oitocentista.

Considerações finais

AS CONTRADIÇÕES DEMONSTRADAS QUANTO AO PAPEL da mulher na sociedade brasileira da segunda metade do Oitocentos configuram um contexto no qual diversas concepções eram revistas e algumas mudanças pareciam tornar-se viáveis, seja na política, na economia ou na sociedade. Além disso, nesse período, o Estado imperial conheceu o seu ápice e declínio, ambos deixando marcas nas esferas sociais e, como não poderia deixar de ser, especificamente, nas relações estabelecidas entre os sujeitos, revendo-se padrões de riqueza, *status*, beleza, e até gênero.

De acordo com nosso outro estudo (Vasconcelos, 2005), com a ascensão da mulher a patamares maiores de educação, ela vai deixando a casa e ingressando na esfera pública. Nessa trajetória, ela se faz acompanhar ainda da própria educação que, pouco a pouco, liberta-se da esfera privada para se tornar assunto manifesto de interesse de toda a população.

Em busca da aceitação e reconhecimento como artífices de suas próprias vidas, da luta por uma educação mais qualificada, as mulheres partem para a composição de uma ocupação profissional que pudesse ser considerada adequada ao “belo sexo”. Entre as possibilidades, o magistério surge como uma

boa opção àquelas que precisavam prover o seu próprio sustento, fazendo com que muitas ocupassem lugares de professoras nos inúmeros colégios públicos e particulares que proliferam no País a partir da segunda metade do século XIX. Não terá sido a primeira, mas, com certeza, é uma das pioneiras formas de trabalho feminino aceito e valorizado, quando a mulher era vista como uma extensão da própria casa. Aos poucos, consideradas como mais adequadas para educar crianças, as mulheres ganham fôlego para deixar a casa e ingressar no mundo do trabalho, ainda que com conotações domésticas.

Durante muito tempo o sistema de gênero remanescente deste período vai interferir nos procedimentos educacionais presentes na sociedade, assim como o cotidiano vai estar repleto de seus reflexos. No entanto, pode-se afirmar que é ainda no contexto oitocentista que as práticas discriminatórias de gênero começam a ser contestadas e o discurso da submissão e da domesticidade repudiado, introduzindo-se novas possibilidades, novas palavras de ordem, novos comportamentos que se tornariam os desafios do século seguinte.

REFERÊNCIAS

FONTES

- A Carapuça*: Jornal Satyrico, para recreio das Famílias. Rio de Janeiro, 19 abr. – 25 out. 1857.
- A Escola*: revista brasileira de educação e ensino. Rio de Janeiro, 1877 a jan.–03 ago. 1878.
- A Família*: jornal litterario dedicado à educação da mãe de família, São Paulo/Rio de Janeiro, 18 nov.–dez. 1888 a jan.–jul., out.–dez. 1889– jan. 1890.
- A Instrução pública*: folha hebdomadaria. Rio de Janeiro, 13 abr. 1872–dez. 1874 a ago. 1887–04 ago. 1888.
- A mãe de família*: jornal scientifico litterario e illustrado. Rio de Janeiro, jan., mar.–set., dez. 1879 a jan.–dez. 1888.

OBRAS DE APOIO

- AGUSTIN, S. Exposición Reinas de España. *Catálogo da exposição*. Madrid: Patrimônio Nacional, 2000.
- ARAÚJO, H. C. Pioneiras na educação: as professoras primárias na viragem do século 1870-1933. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional – IE, 2000.
- CASTRO, Z.O. Na senda do feminismo intelectual. In LÔBO, Y.L.; FARIA, L.C.M. (Org.). *Vozes femininas do Império e da República*. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

- DUBY, G. *As damas do séc XII*. Lisboa: Editorial Teorema, 1995.
- DUBY, G. *Eva e os padres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- FARIA, L. C. M. *Olhar feminino sobre ideologias e utopias dos anos 60: “discurso fundador” de uma geração*. [Tese de Doutorado], Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Iaiá Garcia*. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- NASH, M. *As mulheres no mundo: história, desafios e movimentos*. Vila Nova de Gaia, Pt: Editora Ausência, 2005.
- O ensino primário*. Rio de Janeiro, 31 maio 1884 a 15 ago. 1885.
- O futuro*: jornal artístico, científico, litterario e recreativo. Rio de Janeiro, 1º ago.–dez. 1872 a jan., mar.–03 maio 1873.
- O futuro*: periódico litterario. Rio de Janeiro, out. 1862.
- O sexo feminino. Seminário dedicado aos interesses da mulher*. Rio de Janeiro, 1873–1889.
- PERROT, M. A mulher e o espaço público. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n.18, 1987.
- PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946.
- SILVA, M. B. N. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 1984.
- VASCONCELOS, M. C. C. *A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

NOTAS

* Artigo submetido à avaliação em 15 de junho de 2009 e aprovado para publicação em 10 de julho de 2009.

¹ Jornal *A Família*. São Paulo, 03/02/1889, ano I, n. 14.

² Cf. *O Sexo Feminino*, 07/09/1873, ano 1, n. 1. O jornal *O Sexo Feminino* foi publicado originalmente em 1873, na cidade de Campanha, em Minas Gerais, tendo como proprietária e redatora D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Alguns anos mais tarde a proprietária mudou-se para a Corte e continuou a publicar um periódico com o mesmo nome na cidade do Rio de Janeiro.

³ Jornal *A Família*. São Paulo, 05/01/1889, ano I, n. 6.

⁴ Editorial de Alambary Luz para a Folha Hebdomadaria *A Instrução Publica*. Rio de Janeiro, 1875, ano IV, n. 19.

⁵ Jornal *A Família*. São Paulo, 30/03/1889, ano I, n. 18.

⁶ *O Ensino Primario*. Rio de Janeiro, 1885, n. IV.

⁷ Jornal *O Futuro*. Rio de Janeiro, 01/10/1862, ano I.

⁸ *A Escola – Revista de educação e ensino*. 1878, ano II, n. 4.

⁹ *Jornal A Mãe de Família*. Rio de Janeiro, 02/01/1881, ano III.

¹⁰ *A Instrução Publica: Folha Hebdomadaria*. Rio de Janeiro, 11/07/1875, ano IV, n. 19.

¹¹ *Jornal A Carapuça*. Rio de Janeiro, 26/04/1857, n. 5.

¹² *Jornal A Família*. São Paulo. 30/01/1890, ano I, n. 32.